ATIVISMO AMBIENTAL NO INSTAGRAM: NARRATIVAS SOBRE A CRISE AMAZÔNICA EM PUBLICAÇÕES DO OBSERVATÓRIO DO CLIMA

ENVIRONMENTAL ACTIVISM ON INSTAGRAM: NARRATIVES ABOUT THE AMAZON CRISIS IN POSTS BY THE OBSERVATÓRIO DO CLIMA

Célia Beatriz Mesquita de Souza[1]
Cristiane de Lima Barbosa[2]
Ulysses do Nascimento Varela[3]

Resumo: Este artigo examina a produção de sentidos sobre a crise ambiental amazônica em quatro publicações do perfil @observatoriodoclima no Instagram, divulgadas em 2024 e 2025. O estudo, qualitativo e exploratório, articula a Análise de Discurso de linha francesa à discussão sobre comunicação ambiental e circulação em plataformas digitais. Observam-se as escolhas verbais e visuais, as posições de enunciação e as relações de memória mobilizadas por duas postagens sobre fumaça e seca e duas sobre crimes ambientais e controvérsias urbanas. A leitura comparativa identifica dois movimentos recorrentes: a tradução de fenômenos ambientais em alertas de alcance público e a denúncia de contradições entre discursos de sustentabilidade e práticas socioambientais. A análise não mede recepção, engajamento nem efeitos algorítmicos. Seus achados dizem respeito às quatro materialidades examinadas, sem pretensão de representar toda a comunicação do perfil. O estudo contribui ao

[1] Jornalista e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (PPGIC/Ufam). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Inovação Social e Tecnologias Digitais - ATIVA.
[2] Doutora em Ciências da Informação e Comunicação. Pós doc em Divulgação Científica e Cultural com estudos de IA e Jornalismo. Jornalista. Docente do curso de Jornalismo da Ufam e do PPGIC/UFAM); Líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Inovação Social e Tecnologias Digitais - ATIVA
[3] Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM/UFSM). Professor da Graduação em jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (PPGIC/UFAM). Mestre em Ciências da Comunicação. Vice-lider do Grupo de Pesquisa Ativa.

ISSN: 2675-7451

mostrar que, nas peças examinadas, dados e recursos expressivos não se opõem, pois ambos sustentam a denúncia e o posicionamento público do perfil.

Palavras-chave: Amazônia. Comunicação ambiental. Análise de discurso. Instagram; ativismo climático.

Abstract: This article examines the construction of meaning regarding the environmental crisis in the Amazon, as presented in four posts from the Instagram account @observatoriodoclima, published between 2024 and 2025. This qualitative, exploratory study integrates French-school discourse analysis with discussions on environmental communication and the circulation of content on digital platforms. It investigates the verbal and visual choices, enunciative positions, and memory-related associations mobilized across two posts concerning smoke and drought, and two others addressing environmental crimes and urban controversies. A comparative reading reveals two recurring patterns: the translation of environmental phenomena into public-facing alerts, and the exposure of contradictions between sustainability rhetoric and actual socio-environmental practices. The analysis does not measure audience reception, engagement, or algorithmic effects. Its findings pertain specifically to the four instances examined and do not claim to represent the entirety of the account's communications. The study contributes by demonstrating that, in the content analyzed, data and expressive elements are not mutually exclusive; rather, both serve to substantiate the account's critical stance and public positioning.

Keywords: Amazon. Environmental communication. Discourse analysis. Instagram; climate activism.

INTRODUÇÃO

A crise ambiental amazônica envolve a interação entre desmatamento, mudanças no clima e alterações no funcionamento dos ecossistemas. Lovejoy e Nobre (2018) alertam para

os riscos associados à combinação dessas pressões sobre a estabilidade da floresta. No espaço público, porém, acontecimentos ambientais não circulam apenas como registros de fenômenos físicos: são nomeados, relacionados a responsabilidades e apresentados a partir de escolhas de linguagem e imagem.

Enunciar a crise ambiental na Amazônia envolve disputas anteriores às plataformas digitais. A região tem sido compreendida a partir de projetos que atribuem valores distintos à floresta e ao território: Loureiro (2002) examina concepções de desenvolvimento presentes em políticas de ocupação, enquanto Becker (2005) destaca os conflitos geopolíticos e a atuação de diferentes sujeitos nas decisões regionais. Essa historicidade interessa ao artigo porque a denúncia ambiental não se limita a apresentar danos ecológicos: pode também tornar visíveis responsabilidades e divergências sobre o uso do território. Não se pretende, contudo, deduzir dessas obras sentidos que somente a análise das postagens poderá demonstrar.

No Instagram, a visibilidade de uma publicação depende de práticas de circulação e de sistemas de organização da plataforma. A participação dos usuários na propagação de conteúdos, discutida por Jenkins, Ford e Green (2014), não equivale a um efeito automático do formato da postagem. Do mesmo modo, a relevância social dos algoritmos apontada por Gillespie (2014) não permite deduzir, pela leitura de quatro imagens, quais critérios determinaram seu alcance. A investigação aqui proposta se limita ao que as materialidades publicadas tornam observável.

Na área da comunicação, a circulação de imagens e textos sobre a Amazônia no Instagram já foi examinada em perfis jornalísticos. Hoff (2022) analisa a produção e a circulação de imagens do jornalismo ambiental e científico em cinco perfis noticiosos, entre 2018 e 2020, combinando métodos de pesquisa para a internet com análise de conteúdo e análise do discurso. Este artigo parte dessa discussão, mas desloca o foco para o perfil de uma rede ativista, cuja posição de enunciação e cujos objetivos institucionais diferem dos de um veículo noticioso, e privilegia a leitura discursiva de peças específicas.

Fundado em 2002 e nascido na FGV, na cidade de São Paulo, concentrando cerca de 26 organizações, o Observatório do Clima é considerado a principal rede da sociedade civil brasileira com atuação na agenda climática. Sua missão é unir a sociedade civil brasileira pela

justiça climática. Caracterizada como a maior rede do país dedicada ao tema, reúne hoje 133 integrantes, entre organizações ambientalistas, institutos de pesquisa e movimentos sociais (Observatório do Clima, [s. d.]). Essa condição torna pertinente examinar seus enunciados como comunicação ativista, sem submetê-los a um ideal de neutralidade jornalística que não decorre dos objetivos do perfil. O interesse do artigo está em compreender como o trabalho de denúncia se articula à apresentação de dados, à mobilização de imagens e ao uso de recursos expressivos.

A escolha do Observatório do Clima decorre de sua condição de rede criada em 2002, cuja atuação inclui comunicação pública e articulação política em torno da agenda climática. As quatro peças se justificam porque permitem observar, em um mesmo perfil, dois modos de enunciar a crise: o alerta sobre fenômenos ambientais, nas postagens sobre fumaça e seca, e a denúncia de práticas e controvérsias, nas postagens sobre crimes ambientais e eco-árvores. O período, de agosto de 2024 a março de 2025, reúne a temporada de incêndios, a estiagem na Amazônia e a preparação de Belém para a COP30. Como a conferência já foi realizada, em novembro de 2025, torna-se possível ler retrospectivamente como esses acontecimentos foram formulados antes dela.

Diante desse quadro, o problema de pesquisa que orienta o estudo é: de que modo o Observatório do Clima constrói, nas quatro publicações examinadas, relações entre evidências ambientais, denúncia pública e responsabilidade política?

O objetivo é interpretar os sentidos mobilizados em quatro publicações sobre a Amazônia divulgadas entre agosto de 2024 e março de 2025. Para isso, examinam-se seus enunciados verbais e visuais, suas relações com debates socioambientais anteriores e as convergências e diferenças observáveis entre as peças. Trata-se de um recorte exploratório e limitado, cujo alcance é interpretativo, e não comparativo em termos de desempenho ou eficácia.

REFERENCIAL TEÓRICO

COMUNICAÇÃO AMBIENTAL, ATIVISMO E MEDIAÇÃO DIGITAL

A comunicação ambiental não se reduz à divulgação de dados sobre fenômenos naturais. Ao explicar uma seca, representar a fumaça de incêndios ou denunciar infrações ambientais, os enunciadores selecionam aspectos da realidade, atribuem relevância a determinadas consequências e constroem relações possíveis entre fatos e responsabilidades. Na Amazônia, essas escolhas encontram uma história de disputas territoriais e de concepções concorrentes de desenvolvimento (Loureiro, 2002).

A atuação de organizações ambientalistas em plataformas digitais combina informação e tomada pública de posição. Isso não constitui, por si só, deficiência informativa nem o oposto do jornalismo: trata-se de reconhecer objetivos institucionais diferentes. Na cultura da conexão, as audiências também podem participar da circulação e da recontextualização de mensagens (Jenkins; Ford; Green, 2014). Não se deve, contudo, inferir o comportamento dessas audiências apenas a partir da materialidade de postagens.

O caráter visual do Instagram torna relevantes as relações entre legendas, fotografias, infográficos e escolhas tipográficas. A discussão de Sodré (2006) sobre a dimensão sensível da comunicação contribui para examinar como recursos expressivos podem organizar possibilidades de afetação. Aqui, emoção e informação não serão tratadas como polos mutuamente excludentes: a análise verificará como aparecem articuladas em cada publicação.

Outra questão presente neste referencial é a distinção entre falar sobre a Amazônia e fazer circular as experiências de quem enfrenta diretamente os impactos ambientais. Mapas, indicadores científicos e denúncias institucionais oferecem conhecimentos relevantes, mas não substituem necessariamente relatos de moradores e populações afetadas. Por isso, a análise observa de onde partem os argumentos e quais sujeitos ou experiências são identificáveis nos enunciados. As quatro capturas, isoladamente, não permitem concluir que determinadas populações estejam silenciadas em toda a comunicação do Observatório do Clima.

As plataformas intervêm na apresentação e na circulação dos conteúdos, mas seus

mecanismos internos não são integralmente acessíveis ao pesquisador. Gillespie (2014) propõe observar os algoritmos como arranjos sociotécnicos atravessados por decisões e valores. Por essa razão, o artigo não presume que imagens mais impactantes produzam necessariamente mais compartilhamentos ou que mensagens extensas tenham alcance inferior. A investigação discute sentidos inscritos nas postagens, não o funcionamento causal do sistema de recomendações.

LÍNGUA, IDEOLOGIA E MEMÓRIA DISCURSIVA

Na Análise de Discurso de linha francesa, os sentidos não decorrem de uma correspondência transparente entre palavras e coisas. São produzidos em condições históricas, atravessados por relações ideológicas e por posições de sujeito. Com Orlandi (2017), interessa examinar não somente o tema da mensagem, mas a maneira como um dizer torna certos aspectos evidentes, organiza pressupostos e permite determinadas interpretações em detrimento de outras.

A memória discursiva não se confunde com uma cronologia de episódios passados nem com a recordação individual. Em Pêcheux (1999), o acontecimento discursivo é interpretado em relação a dizeres anteriores, sujeitos à retomada e ao deslocamento. Camargo (2019), ao discutir a memória discursiva na perspectiva pecheuxtiana e sua relação com a memória social, contribui para situar essa dimensão histórica da produção de sentidos. Assim, referências aos "rios voadores", aos "crimes ambientais" ou à sustentabilidade não são tratadas como simples palavras-chave: interessa investigar o que passam a significar nas formulações concretas das postagens.

No artigo, "posição de enunciação", "memória discursiva", "interdiscurso" e "efeitos de sentido" são noções de interpretação, não variáveis mensuráveis. Da mesma forma, não se atribuirá a cada postagem uma formação discursiva fechada com base apenas em sua origem institucional. A leitura observará pistas linguísticas e visuais e explicitará os limites das inferências propostas.

A relação entre língua e ideologia torna-se observável quando a formulação não

apenas descreve um fenômeno, mas também estabelece uma maneira de reconhecê-lo como problema público. Denominar ações como “crimes”, atribuir à fumaça o movimento de “pegar carona” ou colocar “eco-árvores” entre aspas produz diferentes evidências discursivas: há, respectivamente, a sugestão de transgressão, uma associação entre territórios e a contestação de uma solução apresentada como ambiental. Isso não equivale a deduzir a intenção psicológica dos autores das postagens. O que se examina são marcas materiais que orientam interpretações possíveis, em determinadas condições de produção (Orlandi, 2017; Pêcheux, 1999).

ARTICULAÇÃO TEÓRICO-ANALÍTICA

A articulação entre esses referenciais se organiza em torno de um problema: como acontecimentos ambientais são apresentados, nomeados e relacionados a responsabilidades? As leituras de Loureiro (2002) e Becker (2005) situam os conflitos históricos e políticos que atravessam o território; Pêcheux (1999), Orlandi (2017) e Camargo (2019) fundamentam a investigação das relações entre linguagem, ideologia e memória; Sodré (2006) contribui para discutir a dimensão sensível das imagens e dos enunciados. A circulação digital constitui o contexto dessas formulações, mas não será convertida em explicação automática para seu alcance.

Essa articulação orienta o problema de pesquisa apresentado na introdução de forma que a análise acompanha a variação dessa construção conforme o tema e as escolhas verbais e visuais de cada peça.

METODOLOGIA

O estudo é qualitativo, de caráter exploratório, com orientação na Análise de Discurso de linha francesa (Orlandi, 2017; Pêcheux, 1999). O material empírico é composto por quatro publicações do perfil @observatoriodoclima no Instagram, duas de 2024 e duas de 2025, já reproduzidas na seção 4. O recorte abrange: a circulação de fumaça dos incêndios

(agosto de 2024), a seca amazônica (outubro de 2024), a denúncia de crimes ambientais (janeiro de 2025) e a controvérsia sobre "eco-árvores" em Belém (março de 2025).

A seleção das quatro postagens considerou sua pertinência temática e indicadores públicos de interação, mas esses indicadores não foram registrados de modo uniforme nem permitem testar desempenho. O recorte é assumido como intencional e exploratório, sem representatividade estatística (Patton, 2015). Sua pertinência analítica decorre da possibilidade de examinar quatro modos de formulação encontrados nas peças: uma metáfora sobre a circulação da fumaça; um alerta visual e temporal sobre a seca; uma denúncia organizada em carrossel; e uma crítica irônica a uma intervenção urbana. Trata-se de uma justificativa analítica do material disponível, não de alegação de que essas publicações foram selecionadas originalmente por um protocolo sistemático de diversidade. Não se dispõe, neste estudo, de um levantamento exaustivo das demais postagens do perfil.

A unidade de análise é cada publicação considerada como materialidade verbo-visual. A leitura observa: contexto de publicação identificável; escolhas lexicais e recursos visuais; posição enunciativa assumida no texto; relações possíveis com discursos anteriores; e efeitos de sentido que a formulação autoriza interpretar. Esses eixos organizam a descrição e a comparação, sem serem tratados como variáveis testáveis.

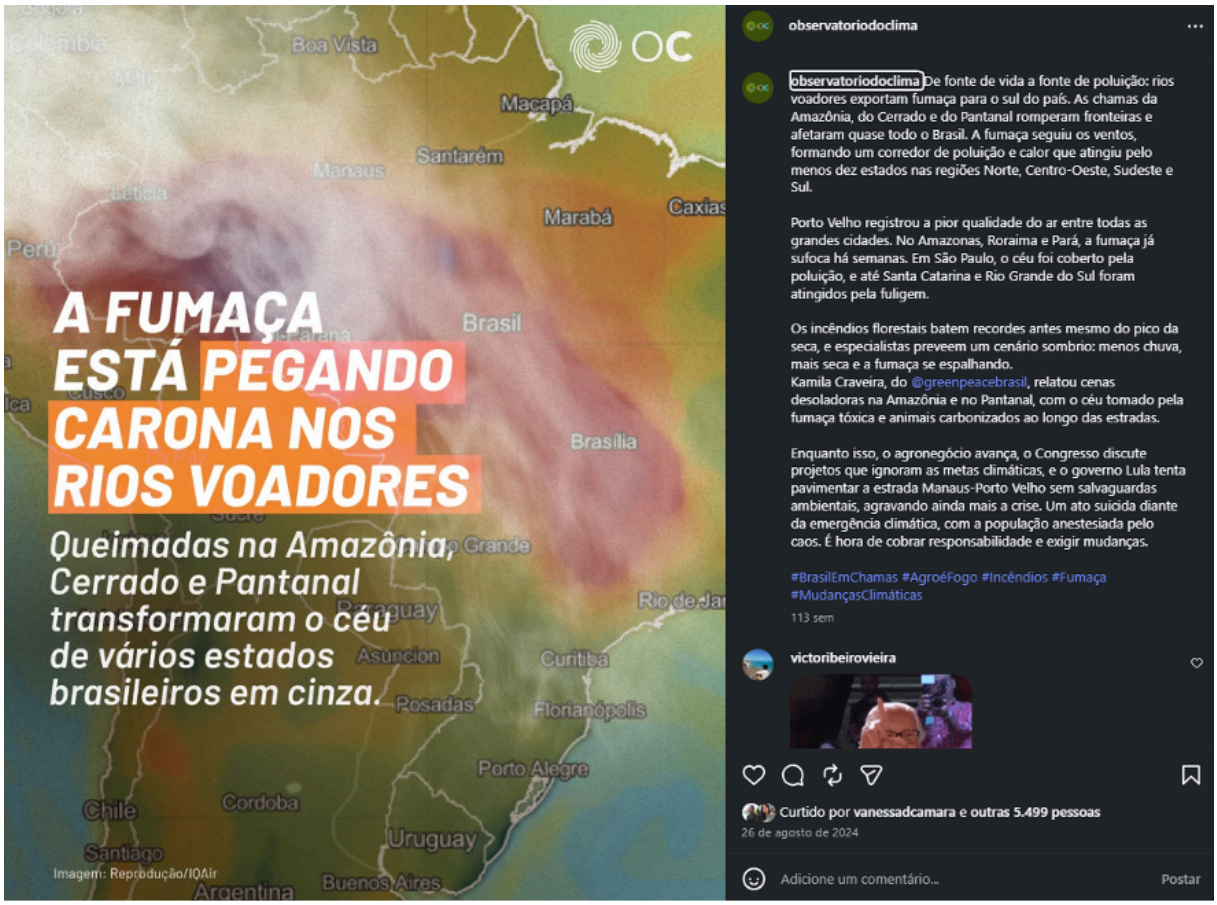
Os quatro quadros sistematizam observações iniciais, seguidas de discussão interpretativa em prosa e de uma síntese transversal. As conclusões referem-se a possibilidades de leitura inscritas nos materiais: não foram realizadas entrevistas, experimentos de recepção, análise de comentários em profundidade ou auditoria dos sistemas de recomendação do Instagram. Portanto, não é possível afirmar que o público efetivamente sentiu indignação, que uma postagem viralizou por sua linguagem ou que o algoritmo lhe concedeu maior alcance.

A análise das imagens se restringe ao conteúdo apresentado nas capturas reproduzidas na seção 4. Dados quantitativos ou afirmações factuais presentes nas artes são tratados como elementos dos enunciados, sem que sua exatidão seja presumida independentemente de checagem documental. Esse limite deve ser considerado na avaliação dos argumentos construídos pelas publicações.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

A apresentação de cada postagem será seguida pela interpretação de suas relações entre linguagem verbal, composição visual e contexto socioambiental. Ao final, os quatro casos serão confrontados para reconhecer convergências e diferenças na formulação da denúncia ambiental, sem extrapolar para o conjunto de publicações do Observatório do Clima. Conforme figura 01.

Figura 1 – Publicação sobre fumaça e "rios voadores" (agosto de 2024)



Fonte: Instagram, @observatoriodoclima. Captura de tela realizada pelos autores; Disponível em: https://www.instagram.com/p/C_JTMF2TbJ2/; Acesso em: 28 out. 2026.

Quadro 1 – Eixos de leitura da publicação sobre fumaça

Eixo de leitura	Observação analítica
Contexto identificável	Publicação de agosto de 2024, em cenário de incêndios e circulação de fumaça na Amazônia e em outras regiões.
Materialidade verbo-visual	Metáfora "A fumaça está pegando carona nos rios voadores"; representação espacial da circulação atmosférica.
Posição de enunciação	Alerta ambiental formulado por uma rede de organizações da sociedade civil, com aproximação de vocabulário científico.
Memória e interdiscurso	Retoma o repertório dos "rios voadores" para significar os efeitos das queimadas para além da região amazônica.
Efeitos de sentido possíveis	Interdependência entre regiões, ampliação da escala do problema e urgência de atenção pública.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da publicação (2024).

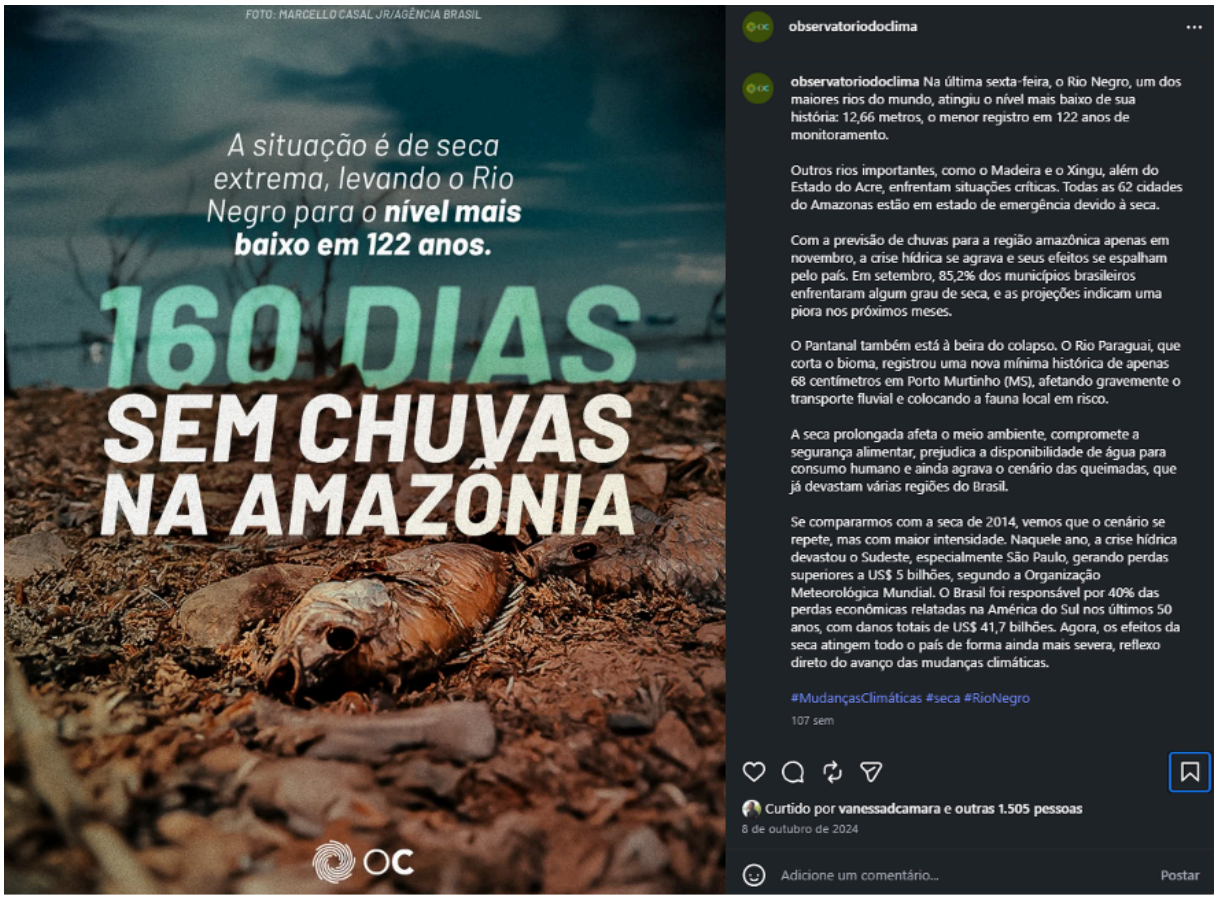
Na primeira publicação, a frase "A fumaça está pegando carona nos rios voadores" aproxima um repertório científico associado à circulação atmosférica de um problema perceptível da temporada de incêndios: o espalhamento da fumaça. A personificação sugerida por "pegando carona" converte um mecanismo complexo em imagem verbal acessível, enquanto a composição cartográfica inscreve espacialmente a passagem da fumaça por diferentes regiões. O argumento central não é apenas que há queimadas, mas que seus efeitos ultrapassam o lugar de origem.

A metáfora ajuda a produzir um sentido de interdependência territorial: a degradação ambiental amazônica deixa de aparecer como problema isolado da floresta. Ao mesmo tempo, a aproximação entre "rios voadores" e fumaça simplifica processos atmosféricos distintos, o que recomenda cautela ao avaliar o grau de precisão científica dessa formulação. O quadro analítico aponta uma tensão entre inteligibilidade, condensação visual e contextualização, sem

supor como os usuários efetivamente receberam a mensagem.

A oposição "de fonte de vida a fonte de poluição", presente na peça, acentua esse deslocamento. A expressão "rios voadores" costuma remeter à importância da circulação de umidade associada à floresta; aqui, o mesmo repertório é mobilizado para apresentar a propagação de consequências prejudiciais das queimadas. A memória discursiva ajuda a compreender como um dizer reconhecível pode ser retomado em outra formulação e produzir um contraste entre funções ecológicas valorizadas e ameaças ambientais (Pêcheux, 1999; Camargo, 2019). A publicação destaca a interdependência entre territórios, mas não explicita, nessa composição, um agente político responsável pelos incêndios. Agora vamos a próxima análise da Figura 2.

Figura 2 – Publicação "160 dias sem chuvas na Amazônia" (outubro de 2024)



ISSN: 2675-7451

Fonte: Instagram, @observatoriodoclima. Captura de tela realizada pelos autores; Disponível em: https://www.instagram.com/p/DA3vwyexosH/: Acesso em: 28 out. 2025.

Quadro 2 – Eixos de leitura da publicação sobre seca

Eixo de leitura	**Observação analítica**
Contexto identificável	Publicação de outubro de 2024 sobre a estiagem amazônica e os impactos ambientais.
Materialidade verbo-visual	"160 dias sem chuvas na Amazônia" em tipografia de destaque, articulado a imagem de peixe morto e solo ressecado.
Posição de enunciação	Alerta de gravidade, com ênfase nas consequências da seca para a vida e os ecossistemas.
Memória e interdiscurso	Relaciona o acontecimento a discursos de risco climático e de vulnerabilidade dos ambientes amazônicos.
Efeitos de sentido possíveis	Sensação de excepcionalidade e percepção de ameaça ambiental por meio da justaposição de número e imagem.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da publicação (2024).

A segunda publicação utiliza a expressão "160 dias sem chuvas na Amazônia", em letras destacadas, junto à imagem de solo ressecado e de um peixe morto. A associação entre a marca temporal e a cena de morte animal desloca a seca de um dado hidrológico para um acontecimento apresentado como ameaça à vida. A imagem não funciona apenas como ilustração: participa da formulação da gravidade atribuída ao episódio.

A força da formulação também depende de seu alcance territorial. Ao enunciar "160 dias sem chuvas na Amazônia", a manchete aproxima um indicador temporal de um espaço regional vasto e heterogêneo. O recorte localizado que possa sustentar essa contagem não fica plenamente distinguível na chamada principal, o que pode conduzir a uma leitura de

uniformidade de uma estiagem que não se manifesta da mesma forma em toda a região. Esse deslizamento entre dado situado e generalização regional merece atenção discursiva: não invalida automaticamente o alerta, mas mostra que a busca por síntese altera o enquadramento do acontecimento. O número comunica duração e excepcionalidade; o peixe morto e o solo ressecado projetam uma consequência concreta sobre a vida. O efeito possível é uma leitura da seca como ameaça ecológica imediata, sem que se possa demonstrar, apenas pela postagem, como os seguidores efetivamente interpretaram a mensagem.

Há ainda uma tensão entre a abrangência do título e a diversidade das situações vividas na região. A crítica de Loureiro (2002) à concepção da Amazônia como espaço homogêneo, formulada no contexto das políticas de desenvolvimento, oferece um contraponto para essa leitura: condições ambientais e experiências sociais não são uniformes em todo o território. Não se trata de equiparar uma chamada de Instagram àquelas políticas, mas de observar que uma expressão geograficamente abrangente pode condensar situações diferentes sob uma mesma imagem de emergência. A força do alerta convive, assim, com a necessidade de delimitação espacial do dado anunciado. A próxima análise se deu a partir da montagem do carrossel na figura 3.

Figura 3 – Publicação sobre “crimes ambientais na Amazônia” (janeiro de 2025)





Fonte: Instagram, @observatoriodoclima. Captura de tela realizada pelos autores; Disponível em: https://www.instagram.com/p/DEfi5m1Pzwk/?img_index=1: Acesso em: 28 out. 2025

.

Quadro 3 – Eixos de leitura da publicação sobre crimes ambientais

Eixo de leitura	**Observação analítica**
Contexto identificável	Carrossel divulgado em janeiro de 2025 sobre desmatamento, incêndios e outras práticas denunciadas pela organização.
Materialidade verbo-visual	Expressão “crimes ambientais” e sequência de telas com números, mapas, imagens e palavras em destaque.
Posição de enunciação	Denúncia pública que associa acontecimentos ambientais a responsabilidades e formas de transgressão.
Memória e interdiscurso	Dialoga com discursos de fiscalização, legislação ambiental e conflitos históricos em torno da exploração territorial.
Efeitos de sentido possíveis	Reenquadramento de danos ambientais como problemas de responsabilidade e possível responsabilização política ou jurídica.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da publicação (2025).

No carrossel “Crimes ambientais na Amazônia”, o termo “crimes” introduz um enquadramento de transgressão e responsabilidade, distinto de descrições que apresentariam desmatamento e incêndios somente como danos ambientais. A sequência alterna números, imagens cartográficas e palavras destacadas para sustentar uma denúncia. Essa combinação procura conferir densidade informativa ao posicionamento da organização e, ao mesmo tempo, orientar a interpretação do leitor para a dimensão política dos acontecimentos.

A forma sequencial do carrossel permite distribuir informações por diferentes telas, em vez de concentrá-las numa única imagem. Não é possível, contudo, deduzir dessa extensão que o público tenha feito maior esforço cognitivo, que o algoritmo tenha reduzido seu alcance ou que a peça tenha produzido menos engajamento. Essas hipóteses exigiriam dados de circulação e recepção que não integram o estudo. Na comparação entre as publicações, a terceira se diferencia sobretudo pela argumentação acumulativa e pela centralidade da responsabilização.

O enunciado “Mas a história não para aí”, presente na sequência visual do carrossel, também merece atenção. Ele organiza a progressão da denúncia: depois de oferecer uma informação ou dado, a publicação anuncia a continuidade do problema, convidando à leitura de outras telas. Essa estrutura afasta a peça da mera exposição de uma estatística e a aproxima de uma narrativa de acumulação de evidências. A expressão “crimes ambientais” opera, por sua vez, como uma tomada de posição sobre a natureza das ações denunciadas: há uma diferença entre mostrar perda de vegetação e formular o acontecimento sob o léxico da transgressão. À luz da relação entre língua e ideologia discutida por Orlandi (2017), o interesse está na passagem do registro de impactos à reivindicação de responsabilidade, sem que a análise possa determinar, a partir dessas imagens, a situação jurídica de cada caso mencionado.

Na perspectiva da historicidade dos discursos sobre a Amazônia, essa nomeação também desloca o problema da perda ambiental para o campo das decisões e das disputas sobre o território. Becker (2005) mostra que os rumos da região são atravessados por atores e

interesses em diferentes escalas; a publicação, por sua vez, seleciona o léxico da infração para contestar práticas apresentadas como destrutivas. A aproximação não autoriza afirmar que a autora tenha estudado esta postagem, nem permite certificar juridicamente todos os fatos representados no carrossel. Ela ajuda a explicar por que, no enunciado, desmatamento e queimadas deixam de figurar apenas como números e passam a ser associados à exigência pública de responsabilização. A seguir a última análise a partir da figura 4.

Figura 4 – Publicação “Eco-árvores em Belém” (março de 2025)



Fonte: Instagram, @observatoriodoclima. Captura de tela realizada pelos autores; Disponível em: https://www.instagram.com/p/DH39VVYR12M/: Acesso em: 28 out. 2025.

ISSN: 2675-7451

Quadro 4 – Eixos de leitura da publicação sobre “eco-árvores”

Eixo de leitura	Observação analítica
Contexto identificável	Postagem de março de 2025, anterior à realização da COP30 em Belém.
Materialidade verbo-visual	Aspas em “eco-árvores”; contraposição entre estrutura artificial e árvores naturais descritas como vivas e centenárias.
Posição de enunciação	Crítica à coerência entre intervenções apresentadas como sustentáveis e a preservação da vegetação urbana.
Memória e interdiscurso	Retoma controvérsias sobre sustentabilidade pública, soluções aparentes e proteção ambiental em contexto pré-COP30.
Efeitos de sentido possíveis	Ironização de uma solução simbólica e questionamento da legitimidade ambiental da intervenção.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da publicação (2025).

Na publicação sobre as “eco-árvores” em Belém, divulgada antes da COP30, a ironia nasce da oposição entre estruturas artificiais apresentadas como intervenção ambiental e árvores reais descritas como vivas e centenárias. As aspas em “eco-árvores” e o contraste visual questionam a coerência entre a aparência de sustentabilidade e a proteção efetiva da vegetação urbana. A peça não busca neutralidade diante da controvérsia: constitui uma tomada de posição crítica, compatível com a atuação institucional da rede. As estruturas questionadas foram propostas pelo governo do Pará, por meio da Secretaria de Obras Públicas, e anunciadas em março de 2025, como parte das obras de preparação para a COP30 (Cenarium, 2025).

A segunda parte da imagem torna a oposição ainda mais incisiva ao destacar “árvores em Belém” qualificadas como “centenárias, vivas e sagradas”. Enquanto “eco-árvores” funciona como nome problematizado pelas aspas, a enumeração dedicada às árvores reais associa o vegetal à duração histórica, à vida e a valores que ultrapassam sua

função decorativa. A peça constrói, assim, uma pergunta implícita sobre o sentido de sustentabilidade: que tipo de intervenção merece ser reconhecido como ação ambiental quando a preservação do que já existe permanece em disputa? Essa leitura não depende de classificar a iniciativa do poder público como comprovadamente fraudulenta. A análise mostra como a montagem verbal e visual produz um contraste crítico no contexto de preparação de Belém para a COP30, e não como aferição técnica da política urbana.

A escolha dos adjetivos "centenárias, vivas e sagradas" amplia o valor atribuído às árvores existentes: elas não aparecem apenas como elementos de paisagismo, mas como seres ligados ao tempo, à vida e a referências simbólicas. Em contraste, o prefixo "eco", preservado entre aspas, é posto sob suspeita quando vinculado à estrutura artificial. A tensão pode ser relacionada às diferentes formas de valorização da natureza examinadas por Becker (2005), sem atribuir à autora uma avaliação da intervenção urbana de Belém. No nível do enunciado, a disputa envolve também o direito de definir o que merece o nome de solução sustentável.

DISCUSSÃO INTEGRADA: INFORMAÇÃO, DENÚNCIA E SENTIDOS POSSÍVEIS

A comparação revela que as quatro postagens não mobilizam os mesmos procedimentos de significação. Nas peças sobre fumaça e seca, a denúncia é construída principalmente a partir da apresentação do risco e da extensão de seus efeitos: a metáfora dos "rios voadores" relaciona regiões, enquanto a imagem do peixe morto dá materialidade visual à gravidade da estiagem. Nas duas publicações de 2025, a ênfase recai sobre responsabilidades e contradições de práticas humanas: o vocabulário jurídico de "crimes" e a ironia das "eco-árvores" tornam a contestação política mais explícita.

Essa diferença permite identificar dois movimentos de enunciação no recorte: tornar um problema ambiental perceptível e questionar modos de ação ou de justificativa pública. O primeiro recorre à síntese científica e à visualidade do dano; o segundo desloca a atenção para agentes, decisões e conflitos sobre o uso do território. Trata-se de uma distinção interpretativa construída a partir das peças, e não de categorias rígidas aplicáveis a todo o conteúdo do perfil.

A passagem de uma ênfase na descrição dos danos para a atribuição de responsabilidades pode ser acompanhada nas próprias escolhas lexicais. “160 dias” funciona como marcador quantitativo de excepcionalidade, ao passo que “crimes” introduz o campo da transgressão e “eco-árvores”, entre aspas, põe em dúvida uma designação institucional de sustentabilidade. Essas expressões não são acessórios estilísticos: ajudam a delimitar quais relações se tornam mais imediatamente disponíveis ao leitor: a duração de uma crise, a existência de práticas passíveis de responsabilização ou a incoerência entre discurso e intervenção ambiental. Essa diferença indica que a ideologia não deve ser procurada somente em declarações políticas explícitas: ela participa também das formas de nomeação, oposição mobilizados pelos enunciados de Orlandi (2017).

Há, contudo, uma continuidade entre esses movimentos: dados, imagens e recursos afetivos não aparecem como elementos incompatíveis. No carrossel sobre crimes, números integram uma denúncia; na peça sobre seca, a temporalidade expressa em “160 dias” dialoga com uma imagem expressiva; nas “eco-árvores”, a oposição entre artifício e vegetação organiza um juízo crítico. A dimensão sensível, discutida por Sodré (2006), ajuda a problematizar essas articulações sem afirmar emoções efetivamente experimentadas pelos usuários.

O contraste também aparece nos modos de sustentar a autoridade dos enunciados. Nas peças de 2024, a referência a processos atmosféricos, a um indicador temporal e a imagens de impacto organiza uma argumentação centrada na gravidade dos fenômenos. Nas publicações de 2025, números e elementos visuais permanecem presentes, mas são articulados de forma mais explícita a termos de avaliação e contestação, como “crimes” e “eco-árvores”. Essa diferenciação não separa ciência e ativismo em campos estanques: mostra como informações e juízos públicos podem integrar uma mesma formulação, em consonância com a atuação institucional do perfil.

Também é preciso distinguir condições de circulação e efeitos observados. O Instagram oferece funcionalidades de distribuição e interação, mas as capturas das quatro postagens não permitem reconstruir critérios de recomendação, comparar públicos alcançados ou atribuir causalmente engajamento ao uso de metáforas, números ou ironia (Gillespie,

2014). O que pode ser demonstrado neste estudo são diferenças nos recursos de formulação e nos sentidos possíveis de responsabilidade, urgência e denúncia.

Outro destaque é que não cabe tomar curtidas e comentários, tal como registrados em capturas isoladas, como critérios de eficácia comunicacional. Métricas recolhidas em instantes distintos, sem informação sobre alcance, distribuição temporal e composição dos públicos, não constituem base comparável. A contribuição do estudo está, portanto, na interpretação dos recursos de formulação presentes nas quatro publicações. Qualquer hipótese sobre recepção, persuasão, viralização ou funcionamento dos sistemas de recomendação dependeria de desenho de pesquisa e dados adicionais.

A leitura dos quatro casos mostra que a posição ativista do Observatório do Clima não elimina o emprego de informações e referências científicas. Ela orienta, antes, a organização desses materiais em torno de avaliações públicas sobre riscos e decisões socioambientais. A discussão sobre credibilidade não deve ser reduzida a um contraste simplista entre "jornalismo neutro" e "ativismo emotivo": é necessário examinar a procedência das informações e os argumentos usados em cada enunciado.

Nesse sentido, a análise discursiva permite compreender como diferentes repertórios como o científico, político, jurídico e territorial, são articulados nas quatro peças. O recorte sugere procedimentos de alerta, denúncia e ironização, mas não demonstra sua eficácia em mudar comportamentos, gerar conscientização ou superar a desinformação. Tal distinção delimita o alcance da contribuição e evita transformar possibilidades de sentido em resultados de recepção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das quatro publicações do Observatório do Clima evidencia distintas formas de construir sentidos sobre a crise ambiental amazônica. As peças de 2024 articulam fenômenos climáticos a recursos de alerta e visualização de danos; as de 2025 enfatizam denúncias de práticas ambientais e a crítica a soluções apresentadas como sustentáveis. Em todas, a dimensão informativa se relaciona a uma tomada pública de posição, característica

coerente com a natureza ativista da organização.

O diálogo entre materialidades verbais e visuais revelou que a mobilização afetiva não precisa ser interpretada como oposição ao uso de dados. Metáforas, imagens de impacto, números e ironia cumprem funções discursivas diferentes: podem sintetizar acontecimentos, tornar visíveis consequências e deslocar a atenção para responsabilidades políticas. A análise fundamentada em Pêcheux (1999) e Orlandi (2017) contribuiu para identificar essas relações, considerando os enunciados em suas condições de produção e em diálogo com outros dizeres.

A contribuição interpretativa do recorte está na identificação de dois movimentos que coexistem nas peças examinadas: tornar perceptíveis riscos e impactos ambientais e discutir, por meio da denúncia ou da ironia, decisões e práticas associadas à degradação. A diferença entre “160 dias”, “crimes” e “eco-árvores” evidencia que escolhas de nomeação não são neutras: delimitam formas distintas de compreender e avaliar os acontecimentos. Essa leitura aproxima os conflitos territoriais discutidos por Loureiro (2002) e Becker (2005) da reflexão discursiva sobre linguagem, ideologia e memória (Orlandi, 2017; Pêcheux, 1999), sem estabelecer uma evolução linear entre as publicações de 2024 e 2025.

O estudo tem alcance limitado: foram examinadas quatro postagens de um único perfil, selecionadas de modo intencional. Não se avaliaram a recepção dos públicos, as métricas de forma comparável ou as decisões internas do sistema algorítmico do Instagram. Por isso, não se pode concluir que determinado formato produza maior engajamento ou que os sentidos identificados representem todas as publicações da organização.

A contribuição do artigo consiste em explicitar, a partir de materialidades concretas, como diferentes recursos comunicacionais podem organizar interpretações sobre riscos ambientais e conflitos em torno da Amazônia. Investigações posteriores poderão examinar conjuntos maiores de publicações, outros perfis e dados de circulação, caso o objetivo seja comparar estratégias institucionais ou avaliar indicadores de engajamento.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005.

CAMARGO, Cássio Michel dos Santos. Memória discursiva e a análise do discurso na perspectiva pecheuxtiana e sua relação com a memória social. Saber Humano, v. 9, n. 14, p. 167-181, 2019. DOI: https://doi.org/10.18815/sh.2019v9n14.341.

CENARIUM. COP30: Host State faces backlash over artificial trees. Revista Cenarium, [s. l.], 29 mar. 2025. Disponível em: https://revistacenarium.com.br/en/cop30-host-state-faces-backlash-over-artificial-trees. Acesso em: 25 out. 2026.

GILLESPIE, Tarleton. The relevance of algoritmos. In: GILLESPIE, Tarleton; BOCZKOWSKI, Pablo J.; FOOT, Kirsten A. (org.). Media technologies: essays on communication, materiality, and society. Cambridge, MA: MIT Press, 2014. p. 167-194. DOI: https://doi.org/10.7551/mitpress/9780262525374.003.0009.

HOFF, Rafael Sbeghen. Imagens amazônicas: produção e circulação imagéticas jornalísticas no Instagram sobre o meio ambiente. Comunicação & Informação, Goiânia, v. 25, p. 668-692, 2022. DOI: https://doi.org/10.5216/ci.v25.70724.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo: Aleph, 2014.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. Estudos Avançados, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 107-121, 2002. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200008.

LOVEJOY, Thomas E.; NOBRE, Carlos. Amazon tipping point. Science Advances, v. 4, n. 2, eaat2340, 2018. DOI: https://doi.org/10.1126/sciadv.aat2340.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. O Observatório do Clima. [s. d.]. Disponível em: https://oc.eco.br/o-observatorio-do-clima/. Acesso em: 28 out. 2026.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 11. ed. Campinas: Pontes, 2017.

PATTON, Michael Quinn. Qualitative research & evaluation methods: integrating theory and practice. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2015.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. Papel da memória. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 49-57.

SODRÉ, Muniz. As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.